



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

OFICINAS DE CIDADANIA PARTICIPATIVA

Daniella de Souza Masson¹; Joelson Gonçalves Pereira²

UFGD/FCBA – Caixa Postal 533, 79.804-970 – Dourados – MS, E-mail: daniellasouzamasson@hotmail.com.

¹Acadêmica do 7 semestre de Gestão Ambiental. ²Orientador. Docente na Graduação em Gestão Ambiental da UFGD. E-mail: JoelsonPereira@ufgd.edu.br

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante do Programa de extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul, cadastrado junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFGD e se propõe a incentivar a participação da comunidade na elaboração e implementação de planos diretores municipais, através das Oficinas de Cidadania Participativa nos municípios de Corumbá, Dourados e Itaporã-MS. As atividades desenvolvidas nas oficinas vêm sendo orientadas pela 'Metodologia de participação popular no Plano Diretor' definida pelo Ministério das Cidades e que consta no manual 'Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos (2004)'. As oficinas foram concebidas como atividades de capacitação da comunidade cuja programação inclui palestra sobre a importância do Plano Diretor Municipal como instrumento para construção de cidades sustentáveis, dinâmicas de grupo que destacam a participação da comunidade no fortalecimento da gestão democrática, assim como a construção da visão de futuro, em que os participantes projetam a cidade ideal que almejam conquistar por meio do Plano Diretor. Foram realizadas quatro oficinas em escolas estaduais e na UFGD. o perfil dos atores sociais participantes da ação de extensão compreende estudantes e professores do ensino médio, da educação de jovens e adultos e acadêmicos do curso de Gestão Ambiental. Como resultado, o programa vem propiciando a formação de atores sociais mais conscientes sobre a importância do seu papel na condução e efetivação da Política Urbana e na conquista de uma cidadania mais inclusiva, condições essenciais à construção de cidades mais justas e sustentáveis por meio da implementação do Plano Diretor.

PALAVRAS-CHAVE: 1) GESTÃO DEMOCRÁTICA; 2) PLANO DIRETOR; 3) GESTÃO AMBIENTAL.

INTRODUÇÃO

Os conflitos sócio-ambientais que prevalecem na maioria das cidades e municípios brasileiros expõem, com muita evidência, as distorções empreendidas pelo modelo de urbanização do país, assim como a deficiência, em termos de desenvolvimento institucional, das administrações públicas municipais.

Diante dessa conjuntura de conflitos, a incorporação da Política Urbana na Constituição Federal de 1988, assim como a instituição do Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001), que estabelece os instrumentos para a implementação desta política, prevendo que a aplicação destes esteja condicionada à obrigatoriedade da existência do Plano Diretor aprovado como Lei Municipal, constituíram importantes marcos que passaram a estabelecer um novo processo de produção das cidades, alicerçado nos ideais de inclusão social, de participação popular nas decisões locais e na municipalização do planejamento.

É dessa forma que, ao menos no campo formal, os rumos do desenvolvimento urbano passam a ser traçados mais pela força de um por processo de decisão local e participativo com base numa gestão democrática, ao invés da ingerência federal de um planejamento centralizador e autoritário.

O Estatuto da Cidade estabelece que a gestão democrática deva se realizar através da participação da população e das associações representativas dos diversos segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (SCHARBERG e LOPES, 2011).

Para tanto, destaca-se a educação como recurso social fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico entre os atores sociais quanto aos seus direitos e responsabilidades na construção da cidade. Um instrumento de fortalecimento da cidadania para a qualificação de lideranças populares, técnicos e gestores públicos no sentido de uma ação participativa para a implementação da política urbana (NOVAES, 2011).

A fragilidade dos canais de gestão participativa, a exemplo dos Conselhos Municipais, cuja deficiência de regulamentação, esvaziamento dos seus membros ou dificuldade de respaldo político, restringe sua atuação enquanto importante instância consultiva e/ou deliberativa das políticas públicas dos municípios constitui um dos maiores desafios à efetivação dos instrumentos que garantam a correção dos históricos problemas de planejamento e gestão das cidades.

A garantia da participação popular nas instâncias decisórias da cidade, consiste num processo que demanda uma mudança cultural. Para construir a possibilidade real de participação de quem está historicamente excluído dos processos decisórios é necessária uma ação estruturada de mobilização social (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004), utilizando-se de todos os meios e formas de comunicação e formação possíveis, incluindo as oficinas comunitárias, workshops audiências públicas, dentre outras ações.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo incentivar a participação da população na elaboração e implementação de planos diretores municipais, por meio da realização de encontros de formação em segmentos comunitários nos municípios de Corumbá, Dourados e Itaporã-MS, intitulados “Oficinas de Cidadania Participativa”.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é parte integrante das ações de extensão desenvolvidas pelo programa PROEXT 2014 “Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul”, cadastrado na plataforma SIGProj sob o N°: 147766.648.5353.22032013, o qual contempla os municípios de Corumbá, Dourados e Itaporã-MS.

O encaminhamento metodológico proposto para a efetivação das ações do projeto é orientado pela “Metodologia de participação popular no Plano Diretor” definida pelo Ministério das Cidades e que consta no manual “Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos”. Essa proposta metodológica envolve três fases distintas de desenvolvimento: 1. Sensibilização, mobilização, comprometimento e articulação dos atores sociais e instituições; 2. Implementação de projetos e 3. Instrumentação do monitoramento.

As oficinas de Capacitação da comunidade, objeto deste trabalho se inserem na fase 1, reunindo uma sequência de atividades de formação e sensibilização com o emprego de procedimentos didáticos que envolvem a aplicação de questionário com os participantes, apresentação de slides, exposição de vídeo sobre plano diretor e gestão democrática e a realização de atividades lúdicas de dinâmicas de grupo.

As atividades foram desenvolvidas na Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais/UFGD, nas escolas estaduais Menodora Fialho de Figueiredo e Reis Veloso, em Dourados, e na Escola Estadual Senador Saldanha Derzi, no município de Itaporã, tendo como público alvo estudantes e professores do ensino médio, da educação de jovens e adultos e acadêmicos do curso de Gestão Ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito das Oficinas de Cidadania Participativa já foram realizados quatro encontros, em escolas estaduais e na Universidade atendendo 130 pessoas até o momento, o perfil dos atores sociais (participantes) da ação de extensão atendidos são as comunidades escolares da rede pública de ensino, especialmente os estudantes do ensino médio, professores e acadêmicos do curso de Gestão Ambiental.

As atividades proposta nas oficinas enfatizam: 1. Apresentação dos conceitos de Política Urbana, Estatuto da Cidade, Plano Diretor e seus benefícios à construção de cidades sustentáveis; 2. Concepção de cidadania participativa e sua importância para a efetivação do processo de gestão democrática da cidade e 3. Avaliação, dispondo da seguinte programação:

- Aplicação de uma enquete sobre o Plano Diretor (Figuras 1 e 2), esta atividade foi feita com o objetivo de identificar junto ao público alvo as concepções prévias que o mesmo possuía sobre o tema. Esta consulta foi realizada com o emprego de formulário eletrônico produzido por meio do aplicativo Google Drive, sendo que para a aplicação do mesmo foram utilizados equipamentos PDA conectados a internet sem fio;

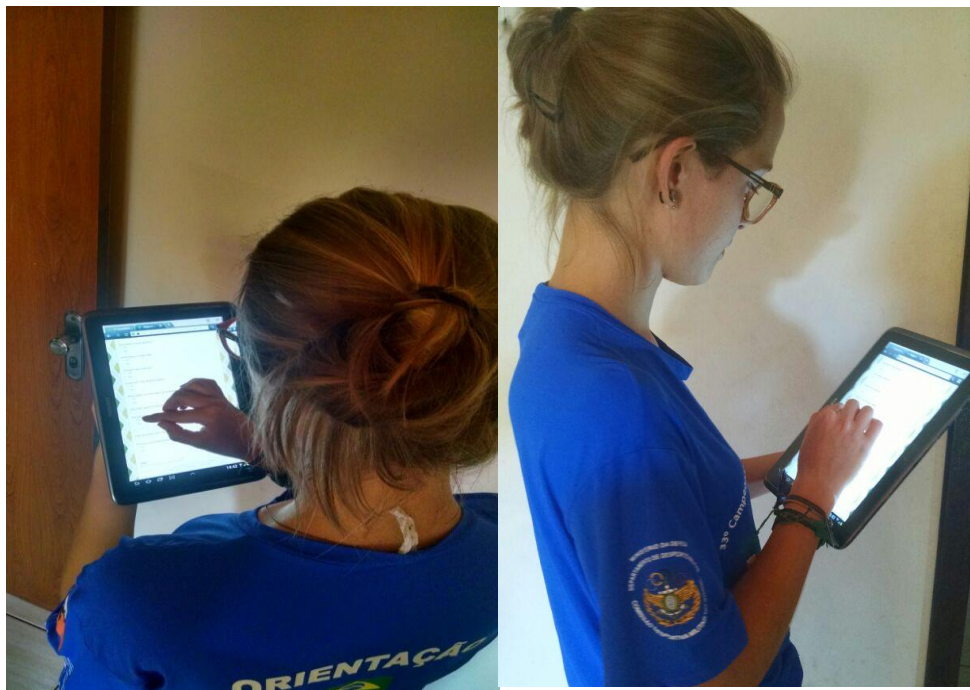


Figura 1 e 2- Aplicação de uma enquete sobre o Plano Diretor. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

- Palestra didática sobre o que é o Plano Diretor Municipal (Figuras 3,4, e 5), a importância do Plano como instrumento para resolver problemas recorrentes na organização socioespacial da cidade, estimulando os diferentes segmentos da comunidade em participar;



Figura 3 , 4 e 5 - Palestra didática sobre o que é o Plano Diretor Municipal. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

- Apresentação dos resultados da enquete sobre o Plano Diretor (Figura 6), mostrando graficamente a comunidade o conhecimento que possuíam;



Figura 6 - Apresentação dos resultados da enquete sobre o Plano Diretor. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

- Dinâmica de grupo com balões (Figuras 7, 8 e 9), que se baseia na importância da participação popular como princípio para construção de uma cidade sustentável.





Figura 7,8 e 9 - Dinâmica de grupo com balões. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

- Construção da visão de futuro (Figuras 10 e 11) - A cidade que queremos, onde a comunidade se divide em grupos para discutirem e projetarem uma cidade ideal que os mesmos almejam para um futuro próximo;



Figura 10 e 11 - Construção da visão de futuro. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

- Apresentação dos grupos sobre a visão de futuro que almejam para sua cidade (Figuras 12 e 13);

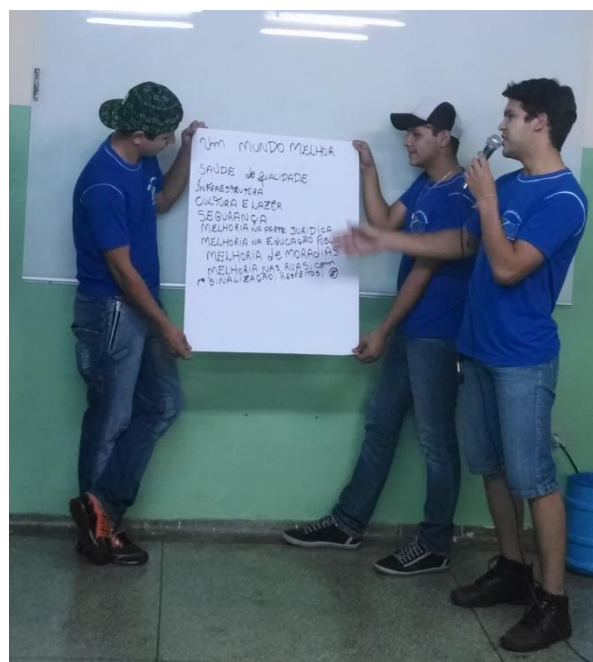
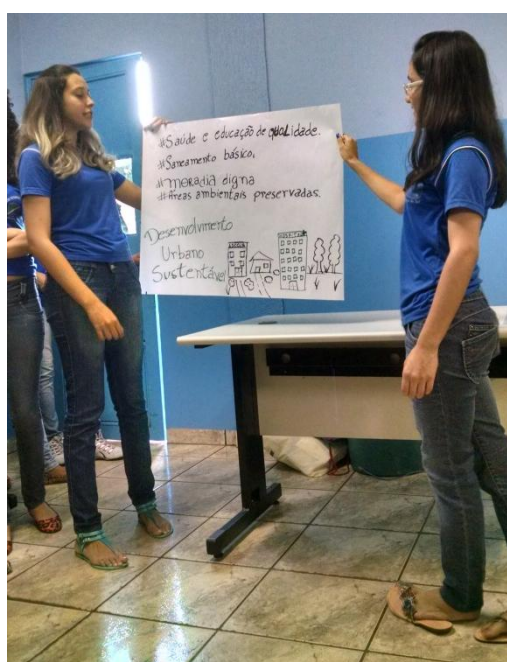


Figura 12 e 13 - Construção da visão de futuro. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

- Sorteio dos brindes (camisetas dos programa, bolsas da Universidade, entre outros), (Figuras 14 e 15) de forma a divulgar o Programa e a Universidade, e aplicação do questionário de avaliação da oficina, o que permite a organização verificar se o objetivo proposto foi alcançado, assim como aprimorar o processo utilizado.



Figura 14 e 15 - Sorteio dos brindes. Fonte: Programa de Extensão Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul.

Desta forma as oficinas foram realizadas seguindo as atividades na tabela 1:

Tabela 1- Relação das atividades realizadas nas oficinas

Atividade	Horário
*Entrega dos números para sorteios dos brindes	(5 minutos)
1.Aplicação da enquete sobre o Plano Diretor	(30 minutos)
*Abertura	(5 minutos)

2. Apresentação: Plano Diretor e Cidade Sustentável (vídeo e slide)	(40 minutos)
3. Apresentação do resultado da enquete sobre o Plano Diretor	(5 minutos)
4. Dinâmica de grupo - Participação popular como princípio para construção de uma cidade sustentável (Balão)	(15 minutos)
5. Construção da visão de futuro - A cidade que queremos (Cartaz)	(20 minutos)
6. Apresentação dos grupos sobre a visão de futuro	(15 minutos)
7. Término das atividades (agradecimentos)/entrega do questionário de avaliação da oficina.	(10 minutos)
8. Encerramento (sorteio de brindes)	(10 minutos)

A realização dos seminários e oficinas nos municípios cumprirá o propósito de sensibilizar atores sociais sobre questões centrais defendidas pela Política Urbana Nacional tais como: a importância da gestão democrática da cidade, implementação dos instrumentos fundiários do Estatuto da Cidade, o papel dos planos diretores para o desenvolvimento urbano e municipal, a participação e controle social como instrumento de acesso à cidadania, a necessidade do fortalecimento dos canais de gestão participativa dos municípios, função social da propriedade e o direito à moradia, dentre outros.

Assim como também, se configuram numa oportunidade para apresentação dos resultados progressivos de levantamentos de campo e geração dos produtos técnicos de gestão urbana e territorial alcançados pelo programa.

A realização de outras oficinas já estão marcadas e programadas para acontecer nos próximos meses nos municípios de Corumbá e Dourados-MS, em escolas da rede pública, assim como também em associações de bairros.

É a partir desta abordagem que o programa procura subsidiar na comunidade a participação social, tendo voz e ação na tomada de decisão, pois as cidades são o lócus do processo de gestão, porque é onde vive a maior parte da população brasileira, e portanto, segundo boa parte das correntes teóricas que vêm pensando a gestão ambiental, é o lócus também onde se pode construir uma ação democrática de gestão apoiada na participação social, como sustentação de um processo durável, que não se esvai a cada troca de governo (GIARETTA, 2011). Sendo fundamental contar com os munícipes no protagonismo de políticas públicas, para tanto é essencial que possuam o conhecimento acerca das questões ligadas a sua cidade, possibilitando que tenham todo o aparato legal quanto aos seus direitos e deveres, amadurecendo o dialogo com os governantes.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério das Cidades e Ministério da Educação, pelo apoio financeiro, por meio do PROEXT 2014 ao programa de extensão “Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul” e à FUNDECT, pelo fomento ao projeto de pesquisa “Identificação de áreas de vulnerabilidade ambiental em áreas urbanas de Mato Grosso do Sul”, dos quais este trabalho é parte integrante.

REFERÊNCIAS

GIARETTA, J.B.Z. Participação Social e Gestão Ambiental Municipal no Brasil: Desafios e Condicionantes [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2011. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24052011-161139/pt-br.php>>. Acesso em: ago/2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério da Cidades, 2004.

NOVAES, Patrícia R. Educação crítica e gestão democrática das cidades: a experiência de capacitação para a implementação dos planos diretores participativos. In: SANTOS JUNIOR, Orlando A; MONTANDON, Daniel T. Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade

- balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SCHASBERG, Benny; LOPES, Alberto. O tema metropolitano nos planos diretores. In: SANTOS JUNIOR, Orlando A; MONTANDON, Daniel T. Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade – balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.